



Cadernos de Negociação



Número 50 - fevereiro de 2022

GREVES

Custo de vida em alta e reformas fazem do reajuste salarial principal item da pauta do funcionalismo

Em 2021, 27% das greves foram organizadas pelos servidores/as. De janeiro a abril, os servidores públicos realizaram 17% das paralisações; de maio a agosto, 28%; e de setembro a dezembro, 35%.

O principal item da maioria das greves dos servidores (40%) em 2021 foi salário. Em seguida, estavam as demandas relacionadas a medidas de segurança contra a contaminação pela covid-19 (24%); reivindicações por melhores condições de trabalho e por fornecimento de ferramentas/insumos (23%); e exigências relativas ao Plano de Cargos e Salários, como implementação, atualização ou cumprimento (22%).

De janeiro a abril de 2021, apenas 2,4% das greves dos/as servidores/as públicos/as trouxeram a demanda por reajuste salarial. De setembro a dezembro, entretanto, esse item tornou-se o mais importante, com participação de 56% nas pautas. Cresceram também as demandas relacionadas a Planos de Cargos e Salários (PCS), com presença

em cerca de um quarto das pautas no segundo e terceiro quadrimestres do ano, diante de apenas 4,9% entre janeiro e abril. Greves com reivindicações de melhores condições de trabalho (e fornecimento de ferramentas/insumos) tiveram a frequência dobrada nas pautas, passando de 14,6%, no primeiro quadrimestre, para 30,1% nos últimos quatro meses do ano. De modo inverso, as queixas relacionadas a condições de segurança e prevenção contra a contaminação pela covid-19 diminuíram a frequência - de 61%, no primeiro quadrimestre, para 6,5%, no último.

O grande crescimento das reivindicações de reajustes salariais (e também daquelas que envolvem o PCS) está diretamente relacionado não só ao expressivo aumento no custo de vida no período, mas aos diversos projetos, em todos os níveis administrativos, de reforma da administração pública - que, em geral, vetam a reposição inflacionária dos salários e dificultam as promoções nas carreiras.

Frequência das principais reivindicações das greves dos servidores em 2021, por quadrimestre

Demandas	jan-abr	mai-ago	set-dez
Reajuste salarial	2,4	41,9	55,9
Condições de segurança/ Equipamentos de Proteção Individual	61,0	33,9	6,5
Condições de trabalho/ ferramentas de trabalho	14,6	22,6	30,1
PCS - Plano de Cargos e Salários	4,9	27,4	25,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG



NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

34,6% dos reajustes salariais têm ganho real em janeiro

Em janeiro de 2022, 34,6% dos reajustes analisados pelo DIEESE resultaram em aumentos reais aos salários. O cálculo tomou como base a evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE).

O resultado é melhor do que o observado em janeiro de 2020 e 2021, mas ainda bem inferior ao de 2018 e 2019. O quadro do mês se completa com 23,1% dos reajustes em percentual igual à inflação, e 42,6% abaixo desta. A variação real média dos reajustes de janeiro foi

de -0,6%.

As negociações dos trabalhadores na construção e mobiliário foram as que apresentaram o maior percentual de reajustes acima da inflação em janeiro (72,2%). Quanto à variação real média, destacam-se as categorias dos metalúrgicos e vigilantes.

Pisos salariais negociados para categorias selecionadas - Brasil - janeiro de 2022

Categorias	Pisos salariais	
	Valor médio em reais	Nº de Pisos
Comerciários	R\$ 1.296,63	10
Construção e mobiliário	R\$ 1.302,29	31
Metalúrgicos	R\$ 1.310,92	3
Processamento de dados	R\$ 1.476,77	17
Químicos	R\$ 1.355,53	68
Saúde privada	R\$ 1.363,66	2
Têxteis	R\$ 1.431,82	7
Transportes	R\$ 1.358,58	8
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.321,32	19
Vigilantes	R\$ 1.444,90	12



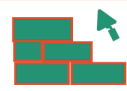






Negociações - Brasil - janeiro de 2018 a janeiro de 2022

Data-base	% na data-base, em comparação com o INPC			Variação real média	Nº de reajustes analisados
	Acima	Igual	Abaixo		
Jan/18	67,9	16,5	15,6	0,74	2.665
Jan/19	71,4	19,1	9,6	0,59	2.309
Jan/20	28,2	34,2	37,6	-0,28	2.037
Jan/21	10,8	28,8	60,5	-0,60	2.315
Jan/22	34,6	23,1	42,6	-0,60	324

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE.

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: Nos instrumentos com mais de um piso salarial, considerou-se o de menor valor

Reajustes por categorias profissionais selecionadas - Brasil - Janeiro de 2022

ALIMENTAÇÃO  Acima 39,3% Igual 17,9% Abaixo 42,9% Variação média real -0,34% Total (nº de reajustes) 28	COMERCIÁRIOS  Acima 35,3% Igual 29,4% Abaixo 35,3% Variação média real -0,30% Total (nº de reajustes) 17	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO  Acima 72,2% Igual 5,6% Abaixo 22,2% Variação média real -0,08% Total (nº de reajustes) 18
METALÚRGICOS  Acima 57,1% Igual 28,6% Abaixo 14,3% Variação média real 0,0% Total (nº de reajustes) 7	QUÍMICOS  Acima 50,0% Igual 0,0% Abaixo 50,0% Variação média real -1,38% Total (nº de reajustes) 4	SAÚDE PRIVADA  Acima 25,0% Igual 0,0% Abaixo 75% Variação média real -3,28% Total (nº de reajustes) 4
TRANSPORTES  Acima 35,3% Igual 11,8% Abaixo 52,9% Variação média real -0,93% Total (nº de reajustes) 17	TURISMO E HOSPITALIDADE  Acima 34,1% Igual 14,4% Abaixo 51,5% Variação média real -0,67% Total (nº de reajustes) 132	VIGILANTES  Acima 38,7% Igual 32,3% Abaixo 29,0% Variação média real -0,03% Total (nº de reajustes) 31

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Sistema Mediador. Elaboração: DIEESE

SERVIDORES PÚBLICOS

Em 2022, piso das professoras e professores é de R\$ 3.845,63

Depois de pressões dos sindicatos e profissionais da educação, em fevereiro de 2022, o governo federal divulgou a Portaria nº 67, confirmando novo piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública em R\$ 3.845,63 para 2022. Apesar da posição contrária da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) em conceder o reajuste, o Ministério da Educação cumpriu a lei do piso nacional de 2008.

A lei determina o valor mínimo que um professor de educação básica pública deve receber por 40 horas semanais. O reajuste é feito com base no Valor Aluno Ano (VAA), do ano anterior em relação ao atual, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com a renovação do Fundo, em 2020, o percentual passou a ser realizado com base no Valor Aluno Ano Fundeb (VAAF).

Nesse ano, o piso teve aumento de 33,2%, mas em 2021 ficou congelado. E a remuneração média das professoras e professores, com formação superior, foi 43% inferior à dos demais profissionais

com diploma universitário.

Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores/as da educação básica pública - Brasil - 2009 a 2022

Ano	Nominal	Reajuste
2009	R\$ 950,00	
2010	R\$ 1.024,67	7,9%
2011	R\$ 1.187,02	15,8%
2012	R\$ 1.451,00	22,2%
2013	R\$ 1.567,00	8,0%
2014	R\$ 1.697,00	8,3%
2015	R\$ 1.917,78	13,0%
2016	R\$ 2.135,64	11,4%
2017	R\$ 2.298,59	7,6%
2018	R\$ 2.455,35	6,8%
2019	R\$ 2.557,74	4,2%
2020	R\$ 2.886,24	12,8%
2021	R\$ 2.886,24	0,0%
2022	R\$ 3.845,63	33,2%

Fonte: MEC. Elaboração DIEESE

DIREITOS

Entidades sindicais têm papel importante na defesa dos direitos da mulher

O Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, foi instituído pela Nações Unidas, em 1975, para marcar a luta das mulheres por maior equidade. No mundo do trabalho, as entidades sindicais têm papel importante nessa batalha, seja na mobilização das trabalhadoras por avanços na legislação ou na conquista de garantias na negociação coletiva. Gestação e maternidade são os dois temas mais tratados nos acordos e convenções coletivas.

TESTE DE GRAVIDEZ - As empresas não poderão exigir teste de gravidez das mulheres trabalhadoras, por ocasião da admissão no emprego.

DA FOLGA DA EMPREGADA GESTANTE - Todas as empregadas abrangidas por este acordo, no período de gestação, terão direito a um dia de folga em cada mês, remunerado pelas empresas, sem qualquer diminuição do salário, para realização de exames pré-natal, devendo a empresa ser comunicada no prazo de até 48 horas para que possa fazer o devido ajuste no setor onde aquela labora.

GARANTIA DE AMBIENTE SAUDÁVEL À GESTANTE - Assegura-se à empregada gestante o imediato remanejamento para outra função na empresa, quando no local de trabalho estiver exposta

a qualquer agente nocivo insalubre ou perigoso.

Parágrafo primeiro: As empregadas gestantes que trabalham internamente nas empresas terão preferência na fila do ponto e no refeitório.

Parágrafo segundo: A funcionária, mãe de filho com idade de até 12 meses, terá direito à redução na jornada de trabalho de 1 hora por dia e que poderá ser fracionada em 2 períodos de 30 minutos, para prestar o atendimento necessário ao filho.

Parágrafo terceiro: A contagem do prazo da licença-maternidade ou paternidade será feita em dias corridos.

ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE - A empresa acordante garante à empregada gestante estabilidade no emprego de 80 (oitenta) dias após o afastamento legal.

LICENÇA MATERNIDADE E EMPREGADA LACTANTE - A empresa se compromete a assegurar 180 dias de licença-maternidade, bem como reduzir a jornada de trabalho em até 2 horas diárias das empregadas que necessitam amamentar os filhos no período de até 6 meses subsequentes ao retorno da licença, mediante apresentação de atestado médico comprobatório.

MERCADO DE TRABALHO

Cresce emprego com carteira em 2021

O número de empregos com carteira assinada no Brasil aumentou 7,1% em 2021, o equivalente a mais de 2,7 milhões de novos postos de trabalho, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O emprego cresceu em todos os setores em 2021, mas em percentuais bastante diferenciados. Os serviços domésticos tiveram o maior aumento percentual no estoque de empregos com carteira (18,0%), embora em números absolutos tenham sido criados apenas 377 novos postos de trabalho celetistas no ano. A

construção civil teve crescimento de 11,6% e o setor de alojamento e alimentação, de 9,4%. O menor aumento percentual ocorreu no segmento de eletricidade e gás (1,8%).

Por estado, o Acre teve o maior aumento percentual (9,8%), seguido por Pará (9,4%), Mato Grosso e Roraima (8,8% cada). Em todas as 27 unidades da Federação houve crescimento do emprego formal. Em 20 delas, a alta foi superior à média nacional. O menor crescimento foi registrado em Sergipe (5,2%) e Rio Grande do Sul (5,7%).

Variação percentual do estoque de emprego com carteira assinada, por unidade da Federação (em %)



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Novo Caged. Atualizado em 03/02/2022

Variação percentual do estoque de emprego com carteira assinada, setor de atividade (em %)

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Variação relativa (%)
Serviços domésticos	18,0
Construção	11,6
Alojamento e alimentação	9,4
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8,8
Indústrias Extrativas	8,4
Informação, comunicação e atividades financeiras e imobiliárias	8,3
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7,0
Indústrias de Transformação	6,4
Outros serviços	6,3
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	4,7
Transporte, armazenagem e correio	4,7
Administração pública, defesa e seguridade social, educação e saúde	4,3
Eletricidade e Gás	1,8

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Novo Caged. Atualizado em 03/02/2022

PREÇOS

Cesta básica aumenta em 16 capitais

Das 17 capitais onde o DIEESE pesquisa os preços da cesta básica de alimentos, 16 registraram aumento no valor médio, entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022. As variações mais expressivas foram verificadas nos seguintes produtos:

Café em pó – O preço subiu nas 17 capitais. As

Custo e variação da cesta básica em 17 capitais brasileiras – janeiro de 2022

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)
São Paulo	713,86	3,38
Florianópolis	695,59	0,87
Rio de Janeiro	692,83	3,99
Vitória	677,54	2,35
Porto Alegre	673,00	-1,45
Brasília	661,09	6,36
Campo Grande	660,11	2,92
Curitiba	636,57	1,29
Belo Horizonte	632,83	4,57
Goiânia	624,91	4,63
Fortaleza	607,35	4,89
Belém	563,97	1,27
Natal	551,06	4,06
Recife	543,10	2,02
Salvador	540,01	4,21
João Pessoa	538,65	5,45
Aracaju	507,82	6,23

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - janeiro 2022

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 5.997,14
Salário mínimo oficial	R\$ 1.212,00
SMN em relação ao salário mínimo oficial	4,95

Fevereiro/21 a janeiro/22

Variação (%) em 12 meses

INPC - IBGE	10,60
Alimentação e bebidas	7,79
- Alimentação no domicílio	8,28
- Alimentação fora do domicílio	6,05

elevações ocorreram devido à expectativa de quebra da safra 2022/2023 e aos menores estoques globais do produto.

Açúcar – Na maioria das cidades onde a pesquisa é realizada, o valor ficou superior ao observado em dezembro de 2021. A baixa oferta, consequência da entressafra da cana-de-açúcar, resultou em elevação dos preços no varejo.

Óleo de soja – A forte demanda externa pela soja em grão e pelo óleo bruto e a possibilidade de redução da oferta de soja no Brasil, devido a problemas climáticos, causaram aumento em 15 capitais.

Batata – O atraso na colheita, com as chuvas de janeiro, causou retração na oferta e, em algumas regiões, afetou a produtividade. Os preços subiram na maior parte das capitais onde é pesquisada – no Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Tomate – Apenas as capitais da região Sul não registraram elevação nos preços. As altas foram reflexo da menor oferta, pois a área plantada foi reduzida.

Arroz agulhinha – Os motivos que ocasionaram a queda nas cotações, em praticamente todas as cidades, foram a fraca demanda interna e o desempenho das exportações aquém do esperado.

Leite integral – Com os altos patamares de preço do leite, houve diminuição da demanda e aumento nos estoques. Assim, o valor no varejo caiu na maioria das capitais.

Feijão – Apesar da redução da área plantada, a fraca demanda interna e a colheita da primeira safra no Paraná resultaram na diminuição de preços, no varejo, na maior parte das cidades.

Índices de Inflação	Janeiro de 2022 (%)	Fev/21 a Jan/22 (%)	Projeção de inflação %		
			mar/21 a fev/22 (%)	abr/21 a mar/22 (%)	mai/21 a abr/22 (%)
INPC	0,67	10,60	10,63	10,29	10,45
IPCA	0,54	10,38	10,37	9,95	10,19

Fonte: IBGE e Banco Central. Projeção de inflação: fevereiro, 0,85%; março, 0,54%; e abril, 0,53%. Estimativas elaboradas em 18/02/2022